



LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE BENS DE INTERESSE HISTÓRICO CULTURAL DE MUNICÍPIOS SITUADOS AO NORTE DO LAGO GUAÍBA / RS¹

Paola Vieira*
Josiel dos Santos**
Hélen Bernardo Pagani***
Juliano Bitencourt Campos****

Resumo: Este trabalho apresenta um levantamento de bens culturais inseridos na área de implantação de um empreendimento linear entre os municípios de Eldorado do Sul, Charqueadas, Triunfo, Montenegro, Capela Santana, São Sebastião do Cai, Portão, Lindolfo Collor, Ivoti, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Hartz, Ararica, Parobé, Taquara, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Capivari do Sul, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul e Gravataí, Rio Grande do Sul. Por meio das categorias de patrimônio material edificado e natural, retrata as diferentes manifestações culturais da região. Busca enfatizar a importância destes bens como evocadores de memória, evidenciando a necessidade de proteção. A metodologia de pesquisa conta com o testemunho oral da comunidade local e levantamento bibliográfico a fim de conceituar esta prática. Observou-se que os bens pertencentes ao cotidiano da sociedade são negligenciados, cedendo lugar aos bens de caráter sociopolítico. Desta forma, a educação patrimonial apresenta-se como mecanismo viável de promoção e manutenção do contato e relacionamento das comunidades com estes testemunhos históricos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Rio Grande do Sul. Memória.

Abstract: This paper presents a survey of the cultural heritage identified in the deployment area of a electric power transmission project, located between the cities of Eldorado do Sul, Charqueadas, Triunfo, Montenegro, Capela Santana, São Sebastião do Cai, Portão, Lindolfo Collor, Ivoti, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Hartz, Ararica, Parobé, Taquara, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Capivari do Sul, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul and Gravataí, Rio Grande do Sul. Through the categories of built and natural heritage, depicts the different cultural manifestations of the region. Seeks to highlight the importance of these

* Graduada em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense

**Josiel dos Santos
Mestre em Antropologia/Arqueologia pela Universidade Federal de Pelotas
E-mail: josiel@unesc.net

***Hélen Bernardo Pagani
Arquiteta e Urbanista pela Universidade do Extremo Sul Catarinense
E-mail: helenpagani@unesc.net

****Juliano Bitencourt Campos
Doutor em Quaternário, Materiais e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro (UTAD/Portugal), com reconhecimento de diploma no Brasil pela Universidade de São Paulo (MAE/USP)
E-mail: jbi@unesc.net

Setor de Arqueologia - LAPIS - Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz - Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão Integrada do Território - Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

¹Artigo apresentado ao Curso de Pós Graduação Lato Sensu – PROPEX da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito para obtenção do título de Especialista em História e Cidade: Patrimônio Cultural e Ambiental.



goods as evocative of memories, calling attention to the need for protection. The research methodology includes the oral testimony of the local community and literature to conceptualize this practice. It was observed that the goods belonging to the daily life of society are neglected, giving way to sociopolitical goods. Thus, heritage education presents itself as a viable mechanism to promote and maintain a contact and a relationship between communities and these historical testimonies.

Keywords: Cultural Heritage. Rio Grande do Sul. Memory.

1. Introdução

No Brasil, as políticas institucionais de preservação do Patrimônio Cultural remetem ao início do século XX, notadamente a partir da década de 1920, quando ideias relacionadas ao tema efervescem no pensamento intelectual brasileiro. No entanto, é somente em meados da década de 1930 que estas reflexões começam a ser efetivadas. Um importante passo neste sentido é demarcado com a formulação do Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, onde Mário de Andrade lança, de forma audaciosa e vanguardista, propostas de inventariação e preservação de todo um amplo leque de manifestações culturais presentes no território nacional. Estas reflexões são institucionalizadas, embora de forma mais difusa e restrita, com a promulgação, em 30 de novembro de 1937, do Decreto-Lei Nº 25. (LEMOS, 1981).

A partir de então, ao longo das décadas seguintes, novas reflexões e ações vão sendo desenvolvidas, tendo como foco a promoção e a sedimentação das políticas patrimoniais. Neste movimento, a noção de patrimônio cultural vai sendo expandido e complexificado, na medida em que documentos patrimoniais vão sendo elaborados em âmbito internacional – como a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Washington (1987) –, dos quais o Brasil é signatário, bem como em respostas a diversos movimentos sociais que vão tomando corpo e protagonismo nas disputas discursivas em torno da identidade e da memória social.

Estas políticas ganham um novo aliado com a implementação da Resolução n. 001/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, onde se estabelecem “as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental” (BRASIL, 1986). No que importa ao Patrimônio Cultural, define:



Artigo 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

[...]

c) o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos. (grifo nosso).

Assim, na medida em que esta Resolução insere nos procedimentos de licenciamento ambientais a necessidade de se considerar o Patrimônio Cultural, proporciona subsídios para a efetivação de novas políticas em torno de sua preservação.

Mais recentemente, a Instrução Normativa Nº. 001, de 25 de março de 2015, define de forma mais delineada os bens culturais a serem considerados, quais sejam:

- I - tombados, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937;
- II - arqueológicos, protegidos conforme o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de Julho de 1961;
- III - registrados, nos termos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000; e
- IV - valorados, nos termos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

Todavia, entende-se que, embora de início estes bens estejam relacionados ao seu acautelamento em nível federal, é importante realizar-se um levantamento mais amplo do Patrimônio Cultural regional e local, inserindo também outros bens que são representativos de suas dinâmicas políticas, socioeconômicas, culturais e históricas.

Diante disso, a equipe do Setor de Arqueologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, especializada em estudos do patrimônio arqueológico e patrimônio cultural, foi contratada para realizar parte de um Licenciamento Ambiental, que envolve a legislação mencionada. O estudo visa à implantação de uma Linha de Transmissão entre os municípios de Eldorado do Sul, Charqueadas, Triunfo, Montenegro, Capela Santana, São Sebastião do Caí, Portão, Lindolfo Collor, Ivoti, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Hartz, Ararica, Parobé, Taquara, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Capivari do Sul, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul e Gravataí, situados na região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul (CAMPOS; PESTANA, 2015).

Salienta-se, contudo, que os resultados aqui apresentados constituem-se como uma amostragem das informações sobre o patrimônio cultural local. Assim,



considerados como de interesse histórico e cultural, por seu potencial inicial de elucidar sobre questões da história e da cultura local.

Embora a região seja rica em referências culturais, contendo bens patrimoniais tombados a nível federal e estadual, a maior parte dos bens culturais abordados aqui não apresentam registro em órgãos de proteção de qualquer instância. Estes caracterizam-se por patrimônio material – fazendo referência ao Patrimônio Arquitetônico – e patrimônio natural. A principal fonte para a coleta de informações sobre eles foi o testemunho oral dos habitantes das comunidades locais.

2. História e Memória: A importância do Patrimônio Material como evocador de memória

Tendo em vista que estes bens, em maioria, não são objeto de proteção municipal, estadual ou federal, tem-se no testemunho oral um importante agente para preservar a história regional. Ecléa Bosi (1994, p.74) aponta a importância da “socialização” da memória, ressaltando que é graças a esta socialização “que não estranhemos as regiões sociais do passado: ruas, casas, móveis, roupas antigas, histórias, maneira de falar e de se comportar de outros tempos”.

Durante o processo de “socialização”, Bosi (1994) evidencia o surgimento de uma relação entre o ouvinte e o narrador, que se baseia no interesse em conservar a história narrada. Nesse sentido, a autora reflete que o talento de narrar, “socializar” a memória, a fim de reproduzir a história, vem da experiência do narrador com os fatos narrados (BOSI, 1994, p.91). Isto é, somente tendo uma relação de memória com os bens, foi possível as pessoas das comunidades englobadas deixar testemunhos sobre eles.

Nesta linha de interpretação, considerando a coleta de informação sobre os bens realizada mediante o testemunho oral, Meihy (2005, p. 62) aponta para a diferença entre história oral e memória. Para o autor:

[...] a história oral mantém um vínculo importante com a questão da memória e vice-versa. A transposição das narrativas da memória para a história, a sociologia, a antropologia ou outra qualquer disciplina acadêmica, no entanto, se dá na capacidade de diálogo entre a memória, a mediação da história oral e a história de suas correlatas irmãs. Em particular a história como disciplina tem sido desafiada pelas provocações do uso da memória



grupal, que inclusive, em alguns casos tem sido erroneamente confundida com ela. Por ter como pressuposto o passado, a história oral recebeu o nome 'história'. Em vez de isso ser fator de confusão, deve-se pensar nas virtudes das diferenças. Assim, fica esclarecido que a memória é um suporte para as narrativas de história oral, mas não é ela.

Ainda de acordo com Meihy (2005, p. 62), é por meio da história oral que a relação entre a história e a memória ocorre, “a responsabilidade documental da história oral dá sentido à memória como tema para a história”. François Dosse (2004, p. 170) aponta como “memória tudo aquilo que flutua, o concreto, o vivido, o múltiplo, o sagrado, a imagem, o afeto, o mágico, enquanto a história se caracteriza por seu caráter exclusivamente crítico, conceitual, problemático e laicizante”. Concordando com Meihy, Dosse (2004, p. 180) enfatiza que “é pela mediação da narrativa que se pode realizar uma articulação entre duas dimensões”, memória e história.

Outra concepção de memória é estabelecida por Paul Ricoeur (2007, p. 71), ao analisar que “lembrar-se é não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, fazer alguma coisa. O verbo lembrar-se faz par com o substantivo lembrança. O que esse verbo designa é o fato de que a memória é exercitada.” Neste sentido, entende-se que a memória pode ser acionada por meio de músicas, datas, filmes, fragrâncias, lugares ou simplesmente por querer ser recordada, assim é exercitada e acaba presente na lembrança.

Seguindo este raciocínio, os bens culturais aqui abordados podem ser associados à ótica de Pierre Nora quando aborda os “lugares de memória”. Para o autor, esses lugares devem ser:

material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. [...] Material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número [...]. (NORA, 1993, p. 21-22).

Ou seja, os bens reportados neste texto podem ser compreendidos como lugares de memória, pois estão sujeitos a evocar a memória de indivíduos de sua comunidade por meio de significados que lhe forem atribuídos. Paula Landim (2001, p.5) aponta que as edificações estão carregadas de histórias locais, de forma que para a autora o significado de um bem muitas vezes é mais interessante que ele próprio.



Landim (2001, p. 1) analisa ainda que:

Uma política de proteção do bem cultural tem como objetivo principal a preservação da identidade cultural. Supõe-se que esta política deva respeitar, além dos valores históricos, culturais e estéticos, também os ambientes e as características que compõem a consciência coletiva da comunidade.

Como parte importante desta política de proteção, a educação voltada para o patrimônio não pode ser dispensada, de forma a atuarem todas as esferas sociais. Visto que a herança cultural compreendida como tal pela população pode vir a ser utilizada como “vetor de ensino/aprendizagem, tanto nas instituições públicas como privadas, criando bases para a preservação e conservação do patrimônio (CAMPOS et al., 2016, p. 97).

Ficando nítida a importância do Patrimônio material para a preservação da memória da comunidade onde está inserido, apresenta-se amostras dos bens culturais identificados durante os levantamentos de campo nos municípios acima mencionados; entende-se que, desta forma, a presente pesquisa insere-se como uma contribuição para o registro dos mesmos.

3. Bens Culturais registrados como de interesse histórico e cultural

3.1 Arquitetura Popular: Residencial

Entre os séculos XIX e XX, o Sul do Brasil foi o destino de muitas levas de imigrantes alemães, italianos, poloneses, entre outros. E séculos antes já recebia imigrantes portugueses/açorianos, com ápice no século XVIII, além de africanos trazidos compulsoriamente através do comércio escravista. Desta forma, muitos dos bens identificados na região metropolitana de Porto Alegre compõe-se de características próprias destas culturas. No entanto, adaptadas ao modo de vida local e com os materiais de construção disponíveis no sul do Brasil.

Esse contexto remete ao conceito de arquitetura popular definido por Gunter Weimer (2005, p. XLI), onde “arquitetura popular é aquela que é própria do povo e por ele é realizada e tem como principais características: simplicidade, adaptabilidade, criatividade, [sendo que uma] quarta característica talvez resida no modo de encarar o fenômeno da construção”.



- **Casa Camboim**

Localizada no município de Sapucaia do Sul, próximo à associação rural do município, esta casa pertence a Sra. Vera Camboim, de 96 anos. Segundo relatos da proprietária, a casa foi construída entre 1885 e 1890 pelo avô de seu marido. Durante a visita, a Sra. Vera relatou muitas histórias da localidade, apresentou documentos, fotos antigas, assim como um fragmento de cerâmica indígena que encontrou numa lavoura em sua infância.

A casa possui alicerce em arenito e paredes erguidas com tijolos e barro. Apesar das modificações recentes na estrutura original, a residência ainda preserva algumas características da época de sua construção, como as aberturas e o forro.

Figura 1 - Frente da casa da Sra. Vera Camboim e parte interna da estrutura anexa à edificação original, que preserva as aberturas antigas.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Fazenda Santo Elizeu**

Antiga residência colonial, a Fazenda Santo Elizeu, também localizada no município de Sapucaia do Sul, possui estruturas históricas datadas do final do século XIX, compreendendo: Casa, Galpão e Poço. Atualmente estas estruturas são utilizadas com o mesmo propósito de sua construção: a moradia. As edificações construídas em arenito e tijolos de barro mantêm suas características do período colonial. Contudo,

encontram-se em estado de degradação devido à força dos intemperismos – chuva, sol e vento –, podendo ser observado através do interior da casa, bem como na observação do teto, que já não se encontram preservados.

Figura 2 - Parte frontal da casa sede da Fazenda Santo Elizeu, com detalhe para o estado de degradação do interior da casa bem como para a falta da estrutura do telhado.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Casa Paraíso**

Localizada no município de Viamão, a antiga residência familiar está afastada cerca de 7 km da Lagoa dos Patos, na localidade Granja Casamento. O casarão é um exemplar da arquitetura colonial do século XIX. A edificação apresenta sapatas de arenito e aberturas em guilhotina. O telhado é formado por telhas capa-canal, indicando uma data próxima às primeiras décadas da primeira metade do século XIX. Existem figueiras centenárias no seu entorno.

O interior sofreu modificações para adaptação ao uso, em especial recebendo os pescadores que frequentam a Lagoa dos Patos. Existem referências de material histórico em seu interior, como os móveis vitorianos e as correntes dos escravos. A casa é conhecida pelos moradores da região como uma das mais antigas na região. A edificação teria pertencido a um sesmeiro, um dos primeiros agricultores de Viamão.

O casarão colonial está relativamente bem preservado, contendo aberturas e telhamentos conservados. Existe uma construção recente construída ao lado da

edificação histórica, o que descaracterizou a paisagem original. As figueiras centenárias e os taquarais estão conservados. Segundo os arrendatários, os proprietários buscam preservar e conservar o local, cuidando e realizando pequenos reparos.

Figura 3: Parte frontal da Antiga Casa Paraíso e entorno dos fundos da mesma.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Casa 1899**

A casa, com a inscrição “1899” na fachada, encontra-se no município de Taquara. Construída em alvenaria, preserva características de edificação colonial do final do século XIX. Segundo testemunho oral de moradores vizinhos, a casa ainda é utilizada como moradia.

Figura 1 - Parte frontal da casa e rua onde se localiza a casa.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.



3.2 Casa de comércio e hospedaria

Na região analisada ainda foi possível perceber casarões construídos com o intuito comercial. Como aponta Oliveira et al. (2000, p. 178):

as casas de comércio dos núcleos coloniais desempenhavam também outras funções, como posto de correio, intermediação da compra e venda de produtos e insumos agrícolas, venda de bebidas (bodega), centro de distribuição de notícias e novidades para a comunidade e até estabelecimento de crédito.

Desta forma, entende-se o motivo do comércio ser considerado o grande propulsor das atividades hoteleiras. Estas casas atuavam como ponto de troca entre pequenas comunidades e outras localidades. Bentes e Veloso (2008, p. 2) destacam que “historicamente, o comércio foi o principal responsável pelo surgimento das mais antigas formas de hospedagem temporária, destinadas a abrigar viajantes”.

- **Hospedaria Farrapo (1832-1845)**

No município de Viamão, na sede de experimentação da FEPAGRO², foi edificação histórica conhecida por Hotelaria Farrapo. Ela teria abrigado os Generais Osório e Bento Gonçalves durante a Revolução Farroupilha, no período conhecido como República Rio-Grandense. Portanto, o local, além de ser um dos últimos exemplos de edificação colonial setecentista na região, é também lugar de memória de um dos mais significativos eventos políticos do Rio Grande do Sul. Documentos históricos, de posse da FEPAGRO, sugerem que o casarão já existia quando tomado pelas forças farroupilhas, portanto, deve datar de 1790, aproximadamente.

Trata-se de um casarão colonial, cercada por barrancos e figueiras centenárias, bem preservado e restaurado em 1941. Pertenceu à Família Fagundes por 120 anos. O local é protegido por lei e tombado em nível Estadual pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE/RS, conforme identificado em placa fixada na edificação; todavia, salienta-se que esta informação não

² Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária.



consta no endereço eletrônico do referido Instituto, conforme consulta realizada em 28 de janeiro de 2016.

Figura 5 - Casarão colonial conhecido como Hospedaria Farrapo.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

3.3 Bens Arquitetônicos referentes à Cultura Alemã

Bens patrimoniais com particularidades da cultura alemã também aparecem na área pesquisada. Casas construídas com a técnica enxaimel, típica desta cultura, puderam ser localizadas nos municípios de Ivoti, Lindolfo Collor, Dois irmãos e Sapiranga.

Segundo Oliveira (2011, p. 20), as casas construídas pelos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul eram obsoletas comparadas ao seu país de origem, pelo fato que a Europa não tinha produção de madeira suficiente, assim adaptou a técnica para construções mistas, o primeiro andar de pedra e o segundo em enxaimel.

Na técnica enxaimel “a estrutura consiste em uma trama de madeira aparelhada com peças horizontais, verticais e inclinadas, que em sua construção vão formando paredes estruturadas e encaixadas entre si. Posteriormente, estes quadros ou tramos são preenchidos com taipa, tijolos, adobe ou pedra”. (OLIVEIRA, 2011, p. 19).



- **Casa Hanz Török**

Encontrada no município de Ivoti, a antiga residência familiar é um representante da arquitetura colonial do século XIX e XX, estando nas proximidades do rio Feitoria, numa localidade chamada Picada 48 Baixa.

A edificação apresenta molduras decorativas e aberturas em madeira e vidro. O telhado é formado por telhas capa-canal, indicando uma data próxima às primeiras décadas da primeira metade do século XX. A propriedade pertence ao Sr. HanzTörök, que a recebeu de herança dos seus avós paternos, vindos da Alemanha, segundo testemunho oral de habitantes locais.

Na localidade foram registradas três edificações de interesse arquitetônico e histórico-cultural. A primeira em estilo neoclássico alemão e as duas outras em estilo enxaimel. As casas tiveram parte de suas estruturas alteradas, mas mantiveram as características principais dos estilos que representam.

Figura 6 - Parte frontal da Antiga Casa da Família Török e seu entorno; note-se, ao fundo, a casa colonial enxaimel aproximadamente 50 anos mais antiga que a de estilo neoclássico.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Conjunto Enxaimel Picada 48 Alta**

Antiga Vila Alemã, o conjunto colonial, também localizado em Ivoti, representa a arquitetura germânica do século XIX, com exemplares do enxaimel colonial



REVISTA
MEMORARE

UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

brasileiro. Segundo a Sra. Maristela Fritzen, ocupante atual de uma das casas enxaimel, o conjunto preservado da Picada 48 Alta é frequentemente visitado por pesquisadores, sendo conhecido pela comunidade regional e referência para os estudos históricos e arquitetônicos das universidades da região.

Uma das casas da comunidade apresenta a cozinha anexa intacta, mantendo a pintura original inclusive na madeira. Existem construções recentes ao lado das edificações históricas, no entanto não descaracterizam a paisagem original. Segundo informações de moradores, existe um programa de preservação a nível municipal de interesse local. Nas estradas principais de acesso foram observadas placas indicando a localidade como comunidade histórica e pioneira da colonização alemã.

Figura 7 - Vila Denig: casa em enxaimel com anexo e escola local.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

Figura 8 - Casa típica dos moradores da Vila Germânica Picada 48 Alta.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.



- **Conjunto de Casas - Arquitetura Alemã**

Constitui-se por antigas edificações familiares, nas proximidades do rio Feitoria, na localidade chamada Picada 48 Baixa, município de Lindolfo Collor. A propriedade pertence a diferentes famílias de imigrantes alemães, que a receberam de herança de parentes vindos da Alemanha. Os moradores atuais contam que as casas têm mais de 100 anos de construção.

As casas representam exemplares da arquitetura colonial alemã, do século XIX e XX. Na localidade foram registradas três edificações de interesse arquitetônico e histórico-cultural. A primeira em estilo neoclássico alemão e as outras duas em estilo enxaimel.

Figura 9 - Parte frontal da casa em estilo neoclássico alemão e lateral de uma das casas em estilo enxaimel.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Museu Histórico Júlio Balduino Jung**

Também no município de Lindolfo Collor encontra-se o Museu Histórico Júlio Balduino Jung, em anexo ao CTG Capivarense. Instalado em um casarão típico exemplar da arquitetura colonial enxaimel do século XIX. A propriedade é de uso municipal, mas pertencente às famílias Herrmann e Herzer.

Seu interior serve como acervo para o material histórico proveniente das comunidades antigas que ocuparam o período colonial nas margens do rio Feitoria,



dispondo de luminárias, maquinários, ferramentas e peças de uso individual. O Museu é público e apresenta uma parte importante da memória dos colonizadores, em especial os alemães e os tropeiros que frequentaram a região. Além da memória da cultura alemã, o museu resguarda um rico acervo associado ao nativismo e ao tradicionalismo regional, sincretizado com o avanço luterano e a consolidação da colônia no século XIX.

Figura 10 - Painel banner explicativo do Museu Histórico Júlio Balduino Jung e parte frontal da Antiga Casa da Família Herrmann e Herzer.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Casa Eckert**

No município de Dois Irmãos, outro casarão representa a arquitetura de origem germânica do século XIX e XX – apesar de modificado, com anexos construídos entre as décadas de 1940 e 1960. A edificação apresenta molduras em cimento queimado e aberturas em abas coloniais. O telhado é formado por telhas capa-canal, indicando uma data próxima às primeiras décadas da primeira metade do século XX.

A propriedade pertence ao Sr. Carlos Gaspar Eckert, que cuida da residência de propriedade da família há quase duas gerações. De acordo com ele, a casa possui mais de 130 anos de construção e pertenceu ao seu avô, que veio da Alemanha.

Na localidade 11 Amigos, ainda, existem exemplares enxaimel e neoclássico (pangermânico), todas do período posterior às décadas de 1850.



Figura 11 - Antiga Casa da Família Eckert.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Conjunto de Edificações - Localidade Picada Verão**

Este conjunto representa, através de seus bens edificados, parte da colonização alemã na região do município de Saporanga. Como exemplo, a casa da Família Strasburguer possui cerca de 150 anos, sendo a edificação mais antiga na localidade.

Outras edificações foram observadas na região, porém com datações da primeira metade do século XX, entre elas uma escola e uma igreja luterana. Além de edificações, a localidade possui um cemitério onde foi possível observar lápides esculpidas em arenito do período da colonização alemã, com datações da metade do século XIX, muitas com escritas em alemão. O cemitério possui uma boa conservação, e é ainda utilizado pelas famílias locais.



Figura 12 - Casa da família Strasburguer, com cerca de 150 anos; Igreja Luterana, localidade de Picada Verão, construção em 1928; Escola da localidade, construção datada em 1946 e Cemitério da localidade.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

3.4 Produção Artesanal

- **Tafona Velha**

A Tafona Velha está situada nas margens de um pequeno rio, com cachoeiras e corredeiras, em acesso próximo à saída principal do município de Portão. No local existe uma construção rústica de arenito, com abertura para saída do eixo de roda d'água que movimentava a moenda colonial. O paredão de arenito é caracterizado pelo encaixe entre os blocos de pedra e uma aparente estrutura de taipa. Atualmente o local constitui um camping, estando as edificações históricas afastadas da área de lazer.



É possível identificar no local as moendas na base da estrutura, assim como restos da mesma estrutura próximo ao rio. A Tafona Velha é uma importante edificação histórica da região, além de estar associada com o rico patrimônio natural, que são as cachoeiras, abrigando um amplo acervo de estruturas do período colonial, principalmente o edificado.

Figura 13: Antiga feitoria de moagem Tafona Velha, século XIX e Tafona Velha.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Alambique / Moinho / Aqueduto**

No município de Glorinha, especificamente na comunidade de Imbiruçu, foi identificado um aqueduto e, junto a ele, uma estrutura de alvenaria feita em blocos de arenito, onde funcionava um alambique. O caseiro responsável pelo cuidado do local, Sr. Azair, informou que o alambique foi construído há mais de 100 anos para a produção de cachaça, sendo o aqueduto utilizado para conduzir água do arroio Miraguaia para a movimentação de uma roda d'água, assim, permitindo o funcionamento de uma tafona ainda existente no local. A estrutura do alambique foi muito modificada ao longo dos anos. Possui paredes cobertas por tijolos modernos, rebocos e emendas com cimento, além de um novo telhado e uma estrutura anexa feita em blocos de arenito com cimento.



Figura 14: Parte frontal do alambique e aqueduto.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

3.5 Patrimônio Natural

De acordo com Lemos (1981, p. 133), o sentido de patrimônio cultural é amplo e:

[...] engloba tanto o histórico como o ecológico, o artístico e o científico. O patrimônio cultural de uma dada sociedade é formado por um tripé indissociável em que se contemplam as seguintes dimensões: a dimensão natural ou ecológica, a dimensão histórico artística e a dimensão documental. Nesse sentido, o próprio meio ambiente, os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, as obras, os objetos, os documentos, as edificações, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as formas de expressão e até mesmo os modos de criar, fazer e viver são bens culturais de uma sociedade e devem ser preservados.

Portanto, compreende-se o patrimônio natural como componente do cultural, visto que “significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural”. (ZANIRATO, 2010, p. 4).

- **Abrigo Sob Rocha**

Localizado no município de Lindolfo Collor, o abrigo sob rocha foi encontrado em 1971 por Pedro Augusto Mentz Ribeiro, na época pertencendo ao município de



Ivoti. Situado na propriedade do Sr. EdwinoKney, é conhecido também como “Gruta do EdwinoKney”, segundo informações orais.

O abrigo foi escavado em 1985 e 1986 pelo Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz, de forma que as pesquisas arqueológicas apontam datação de 10.000 A.P., sendo possivelmente ocupado por uma população de caçadores-coletores. A ocupação atual do terreno resultou numa camada de detritos urbanos que cobrem um pouco do piso do abrigo. No local estão fixadas duas faixas explicativas, que orientam os visitantes sobre as datações e a importância do sítio arqueológico daquele tipo na região. O abrigo está relativamente preservado pela mata nativa circundante.

De acordo com as referências orais, a comunidade de Capivarinha, onde está inserido, reconhece o abrigo como parte integrante de seu patrimônio histórico e arqueológico. O local é preservado pelos moradores e mantido pela Prefeitura Municipal de Lindolfo Collor, que realiza a manutenção periódica das faixas explicativas e da vegetação que cerca o abrigo. Existe outro caminho que leva ao seu interior, que também recebe manutenção e é sempre visitado pelas escolas e pelos acadêmicos das universidades locais.

Figura 15 - Entrada do Abrigo Sob Rocha.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.



4. Considerações Finais

Dos treze bens descritos, percebe-se que apenas quatro são reconhecidos pela população, prefeituras e outras instituições como bens de interesse cultural, recebendo incipiente gestão de proteção. São eles: Conjunto Enxaimel Picada 48 Alta, localizado na cidade de Ivoti, que segundo informações na comunidade recebe com frequência pesquisadores; a Hospedaria Farrapo do município de Viamão, que segundo uma placa fixada no local seria tombado a nível estadual, apesar de não haver registro no órgão; a antiga casa residencial que se tornou o Museu Histórico Júlio Balduino Jung; e o abrigo sob rocha, que é referência para a comunidade escolar local.

Os demais bens, embora em alguns casos possam ser significativos para a comunidade e proprietários, acabam sofrendo com a falta de interesse das instituições que poderiam preservá-los. Isto, quando também não falta a identificação das comunidades onde estão estabelecidos.

A indiferença da comunidade remete à ausência de uma educação para o patrimônio. Considerando a história da educação, Campos et al. (2016, p. 100), aponta uma educação elitista no Brasil, de maneira que até meados do século XX o pensamento era de que “não haveria porque fazer escolas para os trabalhadores se estes não ‘precisam pensar’ nem ‘tomar decisões’”. O autor analisa que, embora a educação continue elitizada, atualmente “muda um pouco seu comportamento em relação às propostas curriculares, pedagógicas e sociais” (CAMPOS et al., 2016, p. 100). De forma que hoje “existe a possibilidade real, [...] de pensarmos programas de Educação Patrimonial dentro dos currículos escolares” (CAMPOS et al., 2016, p. 106). Ou seja, uma educação voltada para o patrimônio se tornou praticável recentemente, explicando a carência de artifício do poder público para a implantação desta educação voltada para o Patrimônio Cultural.

Quanto à atitude do governo, principalmente municipal, e dos órgãos de proteção, além da insuficiência de educação para o patrimônio, está associado ao histórico da preservação do patrimônio no Brasil, onde durante muito tempo priorizou-se bens de caráter político, elitista.



As práticas de proteção de bens culturais são tão recentes quanto à contextualização do patrimônio no ambiente escolar. De acordo com Olário Vogt(2008, p. 22):

Foi somente na década de 1920, entretantes, que o clamor pela preservação de monumentos e objetos de valor histórico e artístico começou a ser considerado politicamente relevante. Essas reivindicações desembocaram na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937.

Neste contexto, um decreto de novembro de 1937 foi o primeiro passo para preservação patrimonial no País. “Em linhas gerais, o decreto estabeleceu as regras de tombamento dos bens pertencentes ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a proteção a que esses bens ficavam sujeitos” (VOGT, 2008, p. 23). Porém, os bens que receberiam proteção eram os de valor elitista, “uma concepção conservadora de história nacional, que enaltecia os grandes vultos políticos”. (VOGT, 2008, p. 23).

No entanto, Landim (2001, p. 05) expõe que esta mentalidade vem mudando, de forma que atualmente a coletividade interessada na preservação do patrimônio não tem se preocupado “com as construções representativas da classe dominante, que têm sua preservação razoavelmente garantida, justamente por representar o poder sócio-político, e, sim, naquelas que representam o cotidiano destas cidades”.

Neste momento, bens de natureza não material também ganham espaço. Compreendidos por:

[...] festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de “registrar” essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações (GONÇALVES, 2003, p.24).

Este fato acontece também com os bens de características naturais, pois despertam interesse cultural e até estético. Consequentemente:

[...] entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais característicos (CARTAS PATRIMONIAIS, 1995, p. 98).

Considerando todo o exposto, é possível especular que o patrimônio pertencente ao cotidiano da sociedade, como os meios de sustento e de economia, exemplificados pela “Tafona Velha” e pela localidade onde funcionava o “Alambique / Moinho / Aqueduto”, assim como casas de pessoas comuns, sem muito poder aquisitivo ou político, durante as fases iniciais de formulação do conceito de patrimônio no Brasil, foram negligenciadas, em detrimento aos bens pertencentes à elite.

Analisando os bens tombados, seja a nível municipal, estadual e federal, nos municípios de Eldorado do Sul, Charqueadas, Triunfo, Montenegro, Capela Santana, São Sebastião do Caí, Portão, Lindolfo Collor, Ivoti, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Hartz, Ararica, Parobé, Taquara, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Capivari do Sul, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul e Gravataí, é notável a presença de casas que pertenceram a pessoas importante ou que sediaram instituições governamentais; Igrejas católicas, possivelmente representando a soberania da religião; e até mesmo obras públicas.

Embora, como mencionado, na atualidade a política de proteção de patrimônio tenha mudado, abrangendo bens relativos ao cotidiano das comunidades, é visível que na área investigada estes bens ainda não recebem o mesmo valor atribuído aos espaços de representatividade sociopolítica.

Por consequência, é preciso ampliar ainda mais as discussões acerca da memória e da educação para o patrimônio. Os bens do cotidiano podem ser, mais do que os sociopolíticos, evocadores de memórias de uma comunidade, pois estão ligados à sua prática diária, saberes e fazeres. Apresentando maior identificação para os habitantes locais do que os bens ligados à classe política e de maior poder aquisitivo, posto que não pertenciam diretamente ao seu cotidiano.

Referências

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Instrução Normativa nº 01, de 25 de março de 2015. Estabelece Procedimentos Administrativos a Serem Observados Pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos Processos de Licenciamento Ambiental dos Quais Participe. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 mar. 2015. Seção 1. Disponível em:



<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BRASIL. Resolução Conama 01. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 jan. 1986. Disponível em: <www.mma.conama.gov.br/conama>. Acesso em: 17 de jun. 2016.

CAMPOS, J. B.; PESTANA, M. B. **Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto e de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para os Empreendimentos do Grupo Metropolitana A, LT 525 kV e 230 kV**. Relatório Final. Criciúma: UNESCO, 2015.

CAMPOS, J. B. et. al. Patrimônio e Cidadania: A Educação Patrimonial nas escolas e a formação cidadã. **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 3, n. 1, p. 95-113 jan./abr. 2016.

CARTA DE VENEZA. 1964. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

CARTA DE WASHINGTON. 1987. Disponível em
<<http://pt.scribd.com/doc/207951007/TCC-Conservacao-Arqueologica#scribd>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

CARTAS PATRIMONIAIS. Caderno de Documentos. N. 3. Brasília: IPHAN, 1995.

DOSSE, F. **História e Ciências Sociais**. Tradução Fernanda Abreu. São Paulo: Edusc, 2004.

GONÇALVES, J. R.S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LANDIM, P. Percepção e Preservação do Patrimônio Arquitetônico. In: V Seminário Nacional. I Encontro Latino Americano de Preservação e Revitalização Ferroviária. Anais. Piracicaba, SP, 2001.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, , p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, D. S. **Resgate de técnicas construtivas mais sustentáveis: análise e descrição do sistema enxaimel**. 2011. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.



OLIVEIRA, L. D. de. et al. **Levantamento dos bens culturais na área de influência da linha de transmissão Garabati-Itá**. Porto Alegre: Rigor e Foco, 2000.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

VOGT, O. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **MÉTIS: história e cultura**, v.7, n.13, p.13-31, jan/jun. 2008.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZANIRATO, S. H. **O patrimônio natural do Brasil**. Projeto História n. 40. 2010.

Disponível em

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf>

acesso em: 09 ago. 2016.

Submetido em: 12/08/2016. Aprovado em: 05/12/2016.

